



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

VALDEZ FERREIRA DE SOUZA

**REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA DAS FAMÍLIAS DA
COMUNIDADE DE COCOS.**

CAJAZERAS- PB
2018

VALDEZ FERREIRA DE SOUZA

**REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA DAS FAMÍLIAS DA
COMUNIDADE DE COCOS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal de Campina Grande
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Henaldo Moraes Gomes.

CAJAZEIRAS – PB
2018

VALDEZ FERREIRA DE SOUZA

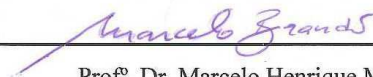
**REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA DAS FAMÍLIAS DA
COMUNIDADE DE COCOS.**

Aprovado em: 14/03/2018.

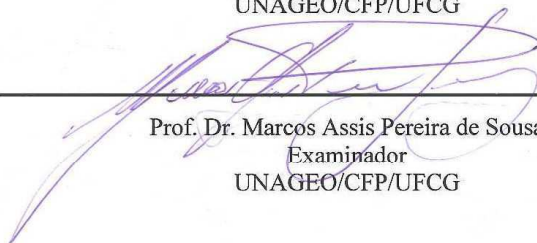
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Henaldo Moraes Gomes
Orientador
UNAGEO/CFP/UFCG



Prof. Dr. Marcelo Henrique Melo Brandão
Examinador
UNAGEO/CFP/UFCG



Prof. Dr. Marcos Assis Pereira de Sousa
Examinador
UNAGEO/CFP/UFCG

Dedico esta monografia à minha filha Elena,
pois seu sorriso inocente é fonte inspiração
para mim.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por ter me concedido o discernimento necessário para enfrentar a caminhada na graduação em Geografia, jornada essa, muitas vezes, árdua, porém prazerosa.

Agradeço aos meus pais: Ademar Andrade de Souza e Francisca Ferreira de Souza, pela forma como conduziram a minha criação, apoiando meus estudos, incentivando-me constantemente a enfrentar as dificuldades e ensinando-me a nunca desistir dos meus objetivos.

À minha esposa Maria Neuridete Pereira de Souza pelo companheirismo, e por ter acreditado em mim mesmo em momentos que eu duvidava da minha capacidade.

À Gerlane Espedita de Souza, minha amiga, pela disponibilidade em ajudar, saiba que sua contribuição foi fundamental para a construção desse trabalho.

Agradeço de forma particular ao meu orientador Ms. Henaldo Moraes Gomes pela contribuição e dedicação para construção desta monografia. Saiba que o levarei por toda minha vida como um exemplo de professor e profissional a ser seguido.

Aos amigos que a vida me presenteou, aqueles que de forma direta ou indireta apoiaram-me para a conclusão desse curso.

Aos membros da banca: professores Marcelo Henrique Melo Brandão e Marcos Assis Pereira de Sousa pela disposição em avaliarem este trabalho.

Aos demais professores que compõem a Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO) e de outras unidades acadêmicas do campus que ministraram disciplinas do fluxograma no curso.

Enfim, obrigado a todos pela contribuição durante todo o período de graduação.

RESUMO

As disparidades socioeconômicas são uma característica marcante do Brasil e as políticas públicas através de suas ações buscam minimizar tal problemática. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças que o Programa Bolsa Família trouxe na obtenção de renda dos moradores da comunidade de Cocos, município de Cajazeiras-PB. A base teórica partiu de uma discussão acadêmica embasada por uma série de autores acerca da temática estudada, trazendo reflexões sobre: região Nordeste, políticas públicas e Programa Bolsa Família-PBF. Através de uma metodologia descritiva e exploratória foi possível compreender a importância que o PBF exerce na vida daqueles que são beneficiados, pois passaram a ter acesso a uma alimentação mais adequada, entre outros. Na pesquisa de campo, comprovou-se a relevância do programa, já que se observaram melhorias no tocante às necessidades básicas humanas dos que habitam a comunidade.

Palavras-Chave: Semiárido Brasileiro. Disparidades Socioeconômicas. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Delimitação do polígono das secas	13
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA – Articulação Semiárida Brasileira.

CadÚnico – Cadastro Único Para os Programas Sociais do Governo Federal.

CFP – Centro de Formação de Professores.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

IPEA – Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada.

PB – Paraíba.

PBF – Programa Bolsa Família.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UBS - Unidade Básica de Saúde.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 METODOLOGIA	16
2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.3 PESQUISA DE CAMPO.....	18
3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	20
3.1 O SÍTIO COCOS: ORIGEM, ASPECTOS SOCIAIS E GEOAMBIENTAIS.	20
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	20
3.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.	21
3.4 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DO SÍTIO COCOS	23
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	24
5 REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO SÍTIO COCOS.....	30
5.1 BENEFICIADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	31
5.2 OS EX-BENEFICIADOS.....	32
5.3 OS NUNCA BENEFICIADOS.....	33
6 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS CITADAS	36
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Os baixos índices de pluviosidade no semiárido nordestino brasileiro nos últimos anos reduziram a produção agrícola e prejudicaram a criação de animais, levando os agricultores a buscarem novas alternativas de renda, causando uma baixa na produção agrícola e diminuindo a dependência econômica dessa forma de produção. O semiárido brasileiro tem e teve como principal política pública a do assistencialismo que não soluciona o problema da região, pelo contrário, gera dependência governamental da população.

Grande parte das políticas públicas para essa região foram implementadas de forma assistencialista, ou então, voltadas para as grandes obras de engenharia hidráulica, especialmente açudes, barragens e perfuração de poços que, quase sempre, obedeciam a critérios políticos ou de engenharia, pouco atendendo a determinantes sociais que complementassem o uso social dos recursos hídricos.

Essas políticas públicas são atualmente de grande importância para solucionar problemas na sociedade, sendo uma das principais atividades que o governo realiza em busca da qualidade de vida para a população. Dentre essas ações desenvolvidas por políticas assistencialistas está o Programa Bolsa Família¹ do Governo Federal que consiste no repasse direto de verba para a população mais carente do país, destacando-se a região Nordeste por apresentar maiores índices de pobreza e extrema pobreza do Brasil.

O objetivo dessa pesquisa é analisar as mudanças que a implementação do Programa Bolsa Família trouxe na obtenção de renda dos moradores da comunidade de Cocos, município de Cajazeiras-PB, a fim de apresentar reflexos positivo-negativos.

O momento é oportuno para uma análise sobre o tema, uma vez que a pobreza se torna ponto relevante na agenda pública nacional e internacional. É importante levar em consideração as políticas sociais contemporâneas de combate à pobreza e o seu desempenho, no intuito de garantir melhores condições de vida àqueles afetados pelas privações sociais. O Programa Bolsa Família não atua de forma isolada para atingir as metas a que se propõe, mas em articulação, além de obedecer a condicionalidades².

A razão da escolha desta temática surgiu exatamente da observação empírica na comunidade de Cocos onde constata-se uma mudança social e econômica nesse lugar, visto que com a chegada do programa Bolsa Família ocorreram transformações significativas na

¹ Programa Bolsa Família- Transferência direta de renda para famílias enquadradas em situação de pobreza e ou/ extrema pobreza.

² Condicionalidades- São exigências do Programa Bolsa Família na área de saúde e educação, devendo ser cumprida pelas famílias cadastradas.

vida dos que habitam aquele universo. Esse programa também se apresenta de forma relevante nos últimos anos de estiagens, onde as precipitações foram abaixo da média histórica e provocou grande escassez hídrica, desencadeando problemas para a comunidade rural, diminuindo a renda familiar. Mesmo sabendo da ausência de trabalhos realizados na área e da dificuldade em encontrar dados de cunho científico sobre a problemática, faz-se necessário construí-los e, de certa forma, torna-se difícil, mas prazeroso ao mesmo tempo.

A concepção dessa pesquisa é de que, ao se aprofundar no conhecimento das políticas públicas e suas ações desenvolvidas sobretudo no semiárido, a mesma possa contribuir com ideias, não somente para a área estudada, mas para toda sociedade onde se encontra inserida, visto que cidadãos verdadeiros empenham-se para o coletivo, cobrando dos governantes, ações benéficas para toda a sociedade, buscando diminuir assim, as desigualdades socioeconômicas presentes em todo território brasileiro.

Desse modo, essa pesquisa é de suma importância, pois mostrará as mudanças significativas que vem ocorrendo na região Nordeste através do Programa Bolsa Família, diminuindo as disparidades sociais e econômicas presentes, especialmente no semiárido onde se concentra os maiores índices de pobreza e extrema pobreza.

Com a finalidade de atingir os objetivos pensados, a análise desenvolveu-se diante aspectos projetados metodologicamente, com a pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros acadêmicos, artigos e monografias publicadas, a fim de auxiliar teoricamente o tema abordado. Para o perfeito desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se do método descritivo e exploratório.

O trabalho está dividido da seguinte forma:

O primeiro capítulo é introdutório, apresentando o tema e a estruturação do trabalho.

No segundo capítulo está o referencial teórico-metodológico, onde está a caracterização do semiárido e conceitos utilizados nesta monografia. Em seguida, tem-se a metodologia que descreve as etapas que foram executadas na pesquisa para a elaboração do trabalho.

O terceiro capítulo refere-se especificamente ao sítio Cocos, local da pesquisa, situado no município de Cajazeiras - PB, trazendo a sua localização, aspectos históricos, econômicos e os aspectos do quadro natural, como o clima, o relevo, o solo, a vegetação e a hidrografia.

No quarto capítulo encontra-se uma revisão de leitura a respeito de políticas públicas e suas ações, dando ênfase ao Programa Bolsa Família do Governo Federal, o qual concede benefício mensal em dinheiro, com condicionalidades para as famílias com baixa renda.

O quinto capítulo trata-se de uma análise acerca das mudanças ocorridas a partir da inserção do programa na comunidade, enfatizando três grupos distintos:

Beneficiados do Bolsa Família;

Ex-beneficiados do Bolsa Família;

Os nunca beneficiados.

E por último, a conclusão, que faz uma breve discussão acerca da realização do trabalho e os seus resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O semiárido Brasileiro ocupa uma parcela relevante da região Nordeste, compreendendo também uma pequena porção da região Sudeste, estando, assim, presente em nove estados brasileiros: Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, estendendo-se até o norte de Minas Gerais. O clima predominante na região semiárida nordestina brasileira é do tipo BSh, conforme a classificação de Köppen, ou seja, tropical seco com a evaporação excedendo a precipitação, com ocorrência de pequenos períodos de chuvas sazonais. Suassuna (2002) caracteriza o semiárido como:

A região semiárida nordestina é, fundamentalmente, caracterizada pela ocorrência do bioma da caatinga, que constitui o Sertão. O Sertão nordestino apresenta clima seco e quente, com chuvas que se concentram nas estações de verão e outono. (...) No Semiárido chove pouco (as precipitações variam entre 500 e 800 mm, havendo, no entanto, bolsões significativos de 400 mm) e as chuvas são mal distribuídas no tempo, sendo uma verdadeira loteria a ocorrência de chuvas sucessivas, em pequenos intervalos. (SUASSUNA, 2002, on-line).

Conhecida como polígono das secas, a área de domínio do semiárido é aquela mais propícia à ocorrência de estiagens, as quais podem durar um curto período ou prolongar-se por anos. Segundo Mota (2017):

A área do polígono das secas (figura 1) é aquela em que está favorável à ocorrência de estiagens, que podem incidir em um curto período de tempo ou prolongar-se, bem como também passar alguns anos sem haver a presença da mesma. Apesar disso, apresenta áreas com diferentes zonas geográficas que consequentemente proporciona distintos níveis de aridez. (MOTA, 2017, p.13)

A delimitação dessa região chamada de “Polígono das Secas”, passou por várias mudanças, sempre oficializadas pelo governo federal diante da legislação específica. Segundo José Dantas Neto:

(...) tal delimitação foi alterada por mais de dez vezes, obedecendo sempre a critérios mais políticos que agroecológicos. Até o ano de 1995, sob os efeitos da Lei 7.827/89, os critérios utilizados para a delimitação geográfica do Semiárido eram baseados nas precipitações pluviométricas iguais ou inferiores a 800 mm. Com essa característica climática, os municípios foram inseridos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. (DANTAS NETO, 2008, p.43).

Por apresentar diferentes zonas geográficas³, as quais são responsáveis pela heterogeneidade com ocorrência de diferentes níveis de aridez, essas localizações geográficas distintas das áreas situadas na vertente seca (sotavento) do Planalto da Borborema, que apresenta altitudes elevadas, junta-se a outros fatores proporcionando essa heterogeneidade característica da região, com uma diversidade na distribuição vegetal e animal, um regime próprio na distribuição das precipitações pluviométricas, temperaturas, umidades e consequentemente na aridez do solo variando por toda a área semiárida. A exemplo disso, temos a Paraíba, que apresenta dois tipos de climas presentes na delimitação do Polígono das Secas com diversas propriedades: o BSh (quente e seco) e o Aw' (quente e semiúmido).

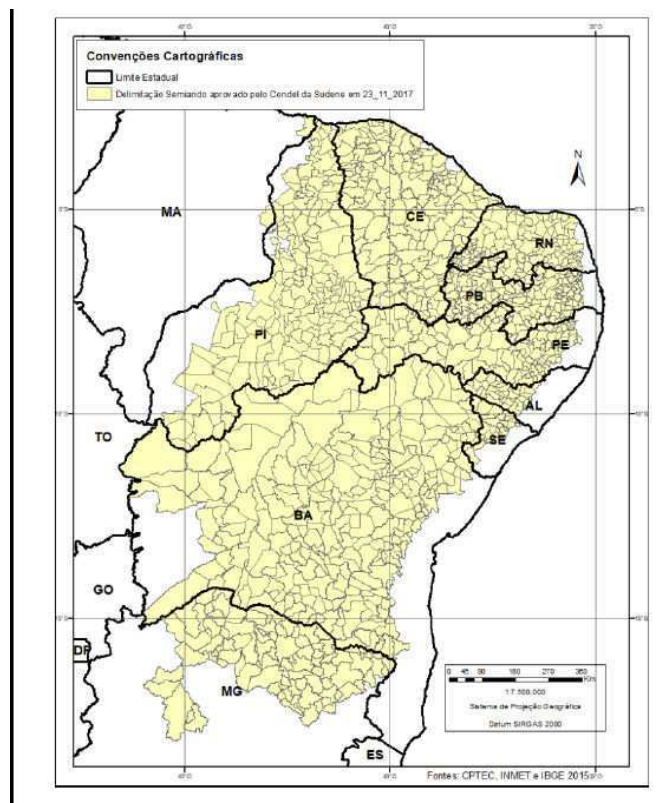


Figura 1: Delimitação do polígono das secas.
Fonte: Google Imagens (2017).

Ao longo do tempo, o Nordeste brasileiro apresentou-se como uma região heterogênea, com uma diversidade de aspectos físicos e socioeconômicos. Essa região é composta por uma área litorânea dinâmica, no entanto caracteriza-se também por grande desigualdade de renda. O interior, denominado sertão, é caracterizado pelas estiagens

³ Zonas Geográficas- Faz referência a uma porção de território determinada por certas características comuns ou circunstâncias especiais, nomeadamente o clima, a topografia ou a forma de governo.

prolongadas, apresentando-se um sistema de produção convencional, além disso é marcado por educação de baixa qualidade, pela pobreza e por vários outros problemas sociais.

Dessa forma, o Nordeste e, mais especificamente, a região semiárida são caracterizados por grandes disparidades econômicas e sociais. Mesmo diante das transformações socioeconômicas nos últimos cinquenta anos, a região ainda apresenta os maiores índices de pobreza e concentração de renda do país.

Segundo Rocha (2006):

O crescimento econômico significativo de um país não necessariamente beneficia todos os indivíduos de uma determinada sociedade, pois é evidente que taxas adequadas de expansão do produto não atinge a todos igualmente sobre tudo nas regiões com elevados índices de desigualdade de renda. (ARAÚJO, 2012, p. 51. *apud* ROCHA 2006)

Sabe-se que a seca além de ser um fator climático, traz consigo dificuldades econômicas e sociais para os que residem no semiárido, contribui também para as adversidades que ocorrem na região, pois existem apenas duas estações bem definidas, as quais ainda estão sujeitas a estiagens prolongadas, o que dificulta ainda mais a vida no semiárido. A cada período de estiagem torna-se mais difícil produzir na terra e criar animais, acarretando prejuízos ao longo dos anos, pois as poucas chuvas não são suficientes para se ter uma boa produção, nem os pastos criam-se abundantemente ao longo do período chuvoso.

Segundo Santos (1998),

Secas são situações de escassez de água com longa duração, que abrange áreas extensas e com repercussões negativas significativas nas atividades socioeconômicas e nos ecossistemas, podendo-se definir com situações excepcionais em que as disponibilidades hídricas são insuficientes para satisfazer as necessidades de água de determinada região. (SANTOS, 1998, p.3)

Dessa forma, as estiagens prolongadas apresentam-se como algo negativo para o desenvolvimento e para a estabilidade dos povos no semiárido, abalando principalmente o ambiente natural e as áreas sociais e econômicas, trazendo consigo enorme dificuldades para aqueles que habitam sobre tudo o campo, havendo, pois, a necessidade da criação de estratégias de convivência que consiste essencialmente na estocagens de bens em tempos chuvosos para se ter em tempo de estiagens, como a água e os alimentos para os animais, além da valorização do potencial que a região oferece. Tudo isso a partir do incentivo de

organizações não governamentais, a exemplo da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), bem como das ações de políticas públicas assistencialistas.

Silva (2010) caracteriza a estiagem como:

As estiagens resultam da redução das precipitações pluviométricas, do atraso dos períodos chuvosos ou da ausência de chuvas previstas para uma determinada temporada, na qual ocorre uma queda dos índices pluviométricos para níveis sensivelmente inferiores aos da normal climatológica, comprometendo necessariamente as reservas hidrológicas locais e causando prejuízos à agricultura e à pecuária. As estiagens se caracterizam por serem menos intensas que as secas, ocorrendo durante períodos de tempo menores. (SILVA, 2010, p.33)

As políticas públicas são atividades que o governo lança sobre a população vulnerável, a fim de amenizar e solucionar problemas, buscando melhores condições de vida para a sociedade.

Para Souza (2006), podemos entender políticas públicas como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Compreende-se então que políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente associadas ao público ou privado das organizações e buscando estratégias governamentais para melhor desenvolvimento da sociedade, sendo as ações externas amplamente abrangentes a todos os grupos sociais, em benefício do bem comum. Portanto, compreendem-se políticas públicas como as ações políticas voltadas para a garantia do interesse público e social, visando um comprometimento do governo em prol dos interesses sociais.

Presente em todos os estados brasileiros, o Programa Bolsa Família (PBF) é uma das ações mais relevantes desenvolvidas pelas políticas públicas do país. Sua maior área de atuação é a região Nordeste, por apresentar os maiores e elevados índices de pobreza e concentração de renda. Este programa consiste em uma transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa tem como principal objetivo assegurar os direitos humanos básicos, como a alimentação razoavelmente adequada e também promover a segurança alimentar e nutricional,

contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome e à miséria, como será mais detalhadamente no quarto capítulo.

2.1 Metodologia

A presente pesquisa foi realizada no período outubro de 2017 até março de 2018, na comunidade rural de Cocos, município de Cajazeiras PB.

Rampazzo (2005) diz que a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento. Logo, trata-se de uma atividade que visa as soluções de problemas utilizando o método científico. Para Lakatos e Marconi (2010, p. 139), ela é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais”. Dessa forma, percebe-se que a pesquisa é de suma importância para a compreensão da realidade local.

Este trabalho é resultado de uma metodologia descritiva e exploratória. Partindo dessa descrição, torna-se possível compreender melhor a problemática identificada, proporcionando ao pesquisador entrar em contato direto com o campo de estudo e a situação real do problema.

Segundo Lakatos e Marconi (2010):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 169).

Para alcançar o objetivo proposto, fez-se necessário utilizar a técnica da observação no ambiente pesquisado, empregando-a para realização de uma análise sob um olhar geográfico das dinâmicas naturais, sociais e econômicas da comunidade.

De acordo com Rampazzo (2005):

Observar é aplicar atentamente os sentidos a um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e exato. A observação é de importância capital nas ciências, sem ela, o estudo da realidade e de suas leis se reduz a simples conjectura e adivinhação, com ela, realizam-se pesquisas e descobertas. (RAMPAZZO, 2005, p. 35).

Partindo desse contexto é possível perceber a relevância da observação do decorrer do desenvolvimento do trabalho, já que é por meio dela que surgem contribuições para o desenvolvimento de todos os processos decorrentes, como analisar e descrever, pois promovem uma realidade ampla existente na área de estudo, com o intuito de efetivar um conhecimento correto, baseado no detalhamento que auxilia a pesquisa.

Com o intuito de alcançar os objetivos almejados e os resultados foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos e desenvolvendo a pesquisa em três etapas:

I) De início, ocorreu o levantamento bibliográfico acerca da temática e da área de estudo em si;

II) Depois, o levantamento cartográfico e estatístico, tendo como base os documentos sobre a área de estudo;

III) Por fim, ocorreu a pesquisa de campo, através de observações e conversas informais, buscando analisar as mudanças significativas que o programa Bolsa Família trouxe a referida comunidade rural.

2.2 Pesquisa Bibliográfica

De início, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Ela se mostrou de extrema importância para que se pudesse conhecer melhor o tema abordado tendo um embasamento de autores que já trataram sobre determinado assunto, sendo ainda importante para o surgimento de novas ideias. De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 166):

A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou de pesquisar várias fontes para que seja possível desenvolver a partir de um tema abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 166)

Seguindo esse pensamento, percebe-se a relevância e as novas percepções de acordo com a consciência de cada indivíduo. Portanto, este trabalho é resultante de uma série de leituras para que se tenha um maior conhecimento, bem com um embasamento dado pelos autores.

Para que fosse realizado esse item da pesquisa, foram utilizados livros disponíveis na biblioteca do CFP (Centro de Formações de Professores) da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), campus de Cajazeiras e consultado o acervo disponibilizado pelo professor

orientador. Também foram empregadas bibliografias disponíveis na internet, em sites seguros de autores que escreveram sobre o referido assunto abordado nessa monografia, como artigos, teses e livros, para que houvesse uma maior compreensão a respeito do tema estudado.

2.3 Pesquisa de campo

Nesse último estágio, efetuou-se a pesquisa de campo, que se fez a partir de observações na área de estudo, com contatos diretos a partir do conhecimento empírico do lugar adquiridos ao longo da convivência. Conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 169), a pesquisa de campo é aquela que se apresenta com o intuito de conseguir informações ou conhecimentos sobre de um problema, que se procura resposta, ou uma hipótese, que se queira comprovar, ou mesmo descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. A pesquisa consiste também na observação de fatos e fenômenos, tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem, relevantes para analisá-las.

Dessa forma, a pesquisa de campo possibilita ao pesquisador um conhecimento mais pleno e ordenado. A pesquisa também indica novos caminhos que comprovam ou refutem o conhecimento prévio a respeito da área em estudo. No campo, realizaram-se observações sistemáticas com a efetivação de conversas informais. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 176) é na observação sistemática que o observador encontra o que procura e o que necessita de importância em determinada situação. Eles dizem ainda que se deve ser objetivo, saber admitir e visualizar possíveis erros e acabar com sua influência sobre o que vê ou recolhe.

Nesse contexto, compreende-se que a observação deve ser feita de forma precisa e que a partir dela tem-se condições de descrever o desenvolvimento do cotidiano da área escolhida como objeto de estudo, intensificando, assim, as análises das áreas foco da pesquisa com a finalidade de evitar equívocos.

Nessa etapa foram realizadas visitas de campo nos meses de janeiro e fevereiro, bem como um levantamento de informações com alguns moradores da comunidade por meio de conversas informais para conhecer melhor as histórias e experiências de vida dessa população a fim de refletir as mudanças ocorridas a partir do ano de 2003 com a chegada do Programa Bolsa Família.

O universo pesquisado possui 123 famílias, das quais foram selecionadas, aleatoriamente, 13 desse total de residentes, pois o critério de escolha foi a amostragem direcionada, realizada apenas com 10% dos habitantes. Através de conversas informais

buscou-se informações a fim de identificar as famílias que são atualmente beneficiadas com o programa, as que já foram beneficiadas e as que nunca participaram do Programa na tentativa de analisar as mudanças espaciais decorrentes da manutenção, adesão ou suspensão do respectivo programa.

Diante disso, a amostragem, segundo Lakatos e Marconi (2010):

Só ocorre quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população. O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada. O conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é subconjunto do universo [...] (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 206).

O conhecimento empírico do local e a convivência com as famílias da comunidade de Cocos foram essenciais para a realização dessa pesquisa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 18), o conhecimento empírico “é o conhecimento que adquirimos no cotidiano, por meio de nossas experiências. É construído por meio de tentativas e erros num agrupamento de ideias. É caracterizado pelo senso comum, pela forma espontânea e direta de entendermos”.

Dessa forma, fica claro que a partir de métodos e técnicas adotados pode-se realizar as análises e descrições dos dados obtidos e a tabulação da quantidade de casas e das famílias que recebem, recebiam e nunca receberam auxílio do PBF.

Desse modo, foi feita a análise final que é a conclusão desta monografia, apresentando os resultados da pesquisa.

3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A cidade de Cajazeiras, município da comunidade dos Cocos, universo da pesquisa, apresenta o tipo de clima BSh. Essa área compreende as duas estações bem definidas: um período de, aproximadamente, quatro meses chuvosos e o restante do ano de estiagem. Seguindo o pensamento de Duarte:

Uma seca pode caracterizar-se tanto pelo baixo nível da precipitação anual em relação à média de um ano de chuvas normais quanto pela sua distribuição irregular durante o período chuvoso – que dura de quatro a seis meses, entre janeiro e abril, ou maio, ou junho, dependendo da área – ou, como frequentemente acontece, as duas coisas. (DUARTE, 2002 apud OLIVEIRA, 2013, p. 54)

Quanto ao índice pluviométrico, este varia entre 300 e 800 milímetros anuais, com chuvas irregulares no tempo e no espaço, sendo abaixo da média suficiente para suprir a demanda de reservatórios hídricos, assim como para o desenvolvimento das espécies animais e vegetais, bem como para população residente nessa área. Caracteriza-se também por temperaturas elevadas e taxas de evapotranspiração superiores à precipitação, caracterizando-se pela ocorrência do clima BSh e do bioma da Caatinga exclusivamente brasileiro.

3.1 O Sítio Cocos: Origem, Aspectos Sociais e Geoambientais.

O sítio Cocos está localizado a 12,7 km da cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, na mesorregião do sertão Paraibano estando as margens da PB-400, rodovia que liga a cidade de Cajazeiras a São José de Piranhas – PB. O sítio Cocos faz limites com outros sítios circunvizinhos, como: ao norte do sítio Riacho Arara, a oeste do sítio Cantinho, ao leste do sítio Riacho do Meio e ao sul do sítio Cachoeira dos Cocos.

3.2 Aspectos históricos

Por volta de 1652, o sítio Cocos tratava-se apenas de vastas terras férteis e desabitadas as quais foram descobertas por um senhor de raízes holandesas e passaram a ser habitadas por ele e toda sua família. De acordo com SOUZA:

[...] O senhor Joaquim Lopes, tomou posse dessas terras, cortou a mata e fez residência, começou a plantar milho, feijão, algodão, mandioca, cana de açúcar e etc.; criar gado miúdo como galinhas, porcos, bois e vacas. O senhor

Joaquim Lopes de Souza foi o fundador do sítio Cocos recebendo esse nome por que era um lugar onde tinha muitos pés de coquinhos Ouricuri [...]. (SOUZA, 2016, p. 04)

Com o passar dos anos, a família de Joaquim Lopes foi crescendo e formando novas famílias, levando ao aumento da população local bem como o desenvolvimento econômico do sítio, a partir da agricultura e da criação de animais, assim como da construção de obras: a exemplo de um grande açude e de engenhos de cana de açúcar puxados a animal.

Tudo isso nos mostra que a partir do momento em que uma família descobre terras desabitadas e as toma posse habitando-as, com o passar do tempo, forma-se uma organização em prol do desenvolvimento dos mais variados aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais em toda aquela área rural.

3.3 Aspectos Socioeconômicos.

Em tempos passados, a agricultura de subsistência era a principal atividade econômica das famílias que habitavam o sítio Cocos, destacando-se o plantio característico de milho, arroz e feijão, principais alimentos presentes na mesa do agricultor. As técnicas eram rudimentares, como a utilização da enxada e do arado. Quanto as práticas para a preparação do solo, essas eram inadequadas como o desmatamento e queimadas constantes responsáveis pelo empobrecimento do solo. O tempo adequado para o plantio era logo que caíssem as primeiras chuvas, com o solo úmido, onde as sementes cresceriam ao longo da quadra invernososa. A maior parte da produção era para o sustento das próprias famílias, apenas o excedente era vendido para aqueles que não tinham como produzir, especificamente, os habitantes da zona urbana.

Outra atividade que se destacava era os trabalhos dos engenhos de cana de açúcar para a fabricação de mel, alfenim e rapadura, os quais empregavam grande parte da população local. Esses engenhos foram passados para outras gerações, no entanto, a falta de chuva para manutenção do plantio de cana-de-açúcar levou essa atividade ao declínio. O algodão por muitos anos também se destacou como produto que movia a economia local, pois sua comercialização era de grande destaque, no entanto, com o passar dos anos houve uma decaída na produção, consequência de uma praga que acabou dizimando toda a produção. A partir daí o sítio passou a se destacar apenas na agricultura e agropecuária permanecendo até os dias atuais em partes das famílias residentes, pois a maioria das famílias já não depende mais diretamente da agricultura para sua sobrevivência, já que os últimos períodos de

estiagens os desmotivaram no trabalho com a terra, sendo que, alguns buscaram trabalho no comércio da cidade mais próxima - Cajazeiras - e os mais jovens trabalham na venda de confecções em outros estados brasileiros, realizando várias viagens ao longo do ano. Muitas famílias da comunidade recebem auxílios do governo federal, como Bolsa Família, Auxílio Doença e a Aposentadoria.

Como já mencionado, são poucas as famílias que ainda desenvolvem a agricultura familiar, caracterizada pelo uso de instrumentos rudimentares e mão de obra familiar, visto que sua produção é voltada apenas para o consumo da família, não utilizando de máquinas, nem técnicas inovadoras na melhoria do uso do trabalho com a terra, sendo que o plantio característico é de milho e feijão.

Outras famílias ainda desenvolvem a pecuária extensiva, prática essa existente desde as primeiras ocupações do sítio. A venda de leite e o comércio de carne é presença forte na comunidade, visto que, algumas famílias sobrevivem desse tipo de atividade. A comercialização de gado também existe, bem como de outros animais, a exemplos de rebanhos ovinos e suínos, ao mesmo tempo que, na avicultura, destaca-se a galinha caipira presente na maioria das residências, realizando compra e venda dessas aves.

O sítio Cocos apresenta uma comunidade bem extensa, segundo a agente de saúde comunitária, 362 pessoas distribuídas em 123 famílias fazem residência no local. Dessas, 185 são homens e 177 mulheres. O sítio Cocos possui uma escola de Ensino Infantil e Fundamental com o nome Antônio de Souza Dias, que atende não só aos alunos residentes na comunidade, mas também, alunos oriundos das comunidades circunvizinhas. Conta também com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que é aberta durante os cinco dias da semana pela manhã, sendo que alguns desses dias há atendimento médico.

A comunidade ainda possui uma associação comunitária rural que funciona para reuniões mensais entre a população, onde são discutidos temas para o desenvolvimento da comunidade pelo presidente e associados. O referido sítio ainda conta com uma capela católica construída no ano de 2000 com a ajuda dos moradores locais e a colaboração de sítios circunvizinhos, onde tem como padroeiro São Sebastião. Na comunidade, há alguns pequenos comércios, como uma mercearia, padaria e posto de combustível e academia. No tocante ao lazer, a comunidade conta com piscina, quadra dançante, campo de futebol, ginásio poliesportivo, sorveteria e alguns ambientes que dispõe de bebidas para a venda.

3.4 Aspectos Geoambientais do sítio Cocos

Assim como a cidade de Cajazeiras, o sítio Cocos está inserido no clima BSh, apresentando chuvas irregulares e altas temperaturas durante o ano.

O relevo desenvolve-se sobre uma estrutura cristalina, denominado como Complexo Granítico-gnaíssico-migmatítico. Ele apresenta um relevo suave ondulado, além de lineamentos de serras no seu entorno. Grande parte do solo desenvolve-se sobre rochas cristalinas (nitossolos, neossolos e luvisolos), ao longo dos cursos de água desenvolvem-se os solos aluviais. Nestes solos, observa-se algumas áreas propícias à agricultura.

A vegetação predominante da região é a caatinga hipoxerófila, com características arbustivo-arbóreo, que ao longo dos anos vem passando por modificações com o desmatamento vindo desde os primeiros habitantes para construção de casas, bem como para agricultura de subsistência desenvolvida na comunidade e para a pecuária extensiva, tendo em vista uma grande existência de rebanhos.

Quanto à hidrografia da região, o clima exerce influência sobre a maior ou menor disponibilidade hídrica durante o ano, visto que o período chuvoso dura apenas 3 a 4 meses e as chuvas ocorre no verão e outono. A hidrografia do sítio Cocos é composta por riachos intermitentes que ao longo do período de estiagem tornaram-se pequenas passagens molhadas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Brasil caracteriza-se por ser um país com grande desigualdade social e econômica. Essas disparidades são comprovadas através de indicadores sociais como educação, moradia, saúde e PIB *Renda percapita*. Atualmente, mais de 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza ou extrema pobreza, com uma renda de apenas 70 reais mensais. Obviamente, essa pequena quantia não supre as necessidades básicas de uma família, o que deixa esses indivíduos em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Em contrapartida, a minimização dessas desigualdades torna-se fundamental para o avanço do país. O Estado é o responsável por implantar políticas públicas sociais eficientes e eficazes que viabilizem a redução dessas desigualdades através de suas ações.

Segundo Rocha (2011), a implementação de políticas públicas sociais no Brasil que consiste no repasse mensal de verba teve seu início ainda no período militar, em 1970. No entanto, os resultados não foram significativos, pois a população alvo era apenas composta de idosos e portadores de deficiência incapazes de garantir seu sustento.

Seguindo essa linha do tempo, com o advento da Constituição Federal de 1988, houve um redimensionamento das políticas públicas estimuladoras do desenvolvimento social. O constituinte originário procurou assegurar a dignidade da pessoa humana (CF, Art. 1º, III), vinculando que o Estado garantisse aos cidadãos pelo menos as condições básicas para uma existência digna. Objetivava acabar com a pobreza e reduzir as disparidades socioeconômicas e regionais (CF, Art. 3º, III), logo criou-se o espaço definitivo para programas assistencialistas focalizados nos mais pobres, objetivando o cumprimento daquilo que a Constituição determinava.

No decorrer da década de 90, alguns esforços governamentais passaram a dar execução a alguns programas de transferência de renda com objetivos específicos. Soares et al. (2006) dizem que os programas assistencialistas eram o Bolsa Escola (que já vinha sendo executado em alguns municípios brasileiros), o Auxílio Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Alimentação.

Já no início do século XXI, segundo Rocha (2001), exatamente nos anos de 2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que tinha como missão a coordenação e controle da focalização dos programas de transferência, visto que cada uma já se encontrava a algum organismo governamental distinto, com um cadastro específico, embora destinados ao mesmo

público. No entanto, a estratégia fracassou, pois a implementação do CadÚnico foi lenta e pouco eficiente.

Finalmente nos anos de 2003, com o início de um novo governo, percebeu-se avanços mais significativos com estes programas de transferência de renda a população mais carente. Em 2003, foi criado o Cartão Alimentação (denominado Fome Zero), com assistência financeira de R\$ 50,00 mensais às famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. O Programa tinha como objetivo complementar a renda dos mais pobres para a compra de alimentos.

Logo em seguida, ainda nos anos de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), unificando os programas já existentes Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação (Fome Zero). O público alvo do PBF são as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, inscritas no CadÚnico. Este programa consiste no repasse mensal em dinheiro, com condicionalidades, para as famílias com baixa renda, foco deste trabalho.

Segundo o relatório do Governo Federal, o PBF foi instituído em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Este programa tem como objetivo instituir um programa nacional de transferência de renda para as famílias pobres. Este Programa exige como contrapartida que as famílias beneficiárias mantenham vínculos de adesão à escola e unidades de saúde como uma estratégia de melhorar o acesso aos direitos sociais básicos.

Este programa é destinado exclusivamente para pessoas de baixa renda em situação de pobreza e extrema pobreza. Portanto, este é o principal requisito para se enquadrar no programa. Caso a família seja composta apenas por pessoas acima de 18 anos, ela deve possuir renda *per capita* de até R\$ 70,00; se a família for composta por gestantes, lactantes, crianças de 0 a 12 anos e adolescentes até 15 anos, a renda *per capita* terá que variar entre 70,01 reais e 140 reais; e, por fim, se a família tiver na sua composição adolescentes de 16 e 17 anos, sua renda *per capita* deve variar entre zero real e 140 reais. Os valores do PBF variam entre R\$ 32 a R\$ 306, a depender do perfil de renda e do número de crianças e adolescentes de até 17 anos que a família possui.

Esse programa ainda exige algumas condicionalidades das famílias beneficiadas, são elas: as gestantes beneficiadas devem comparecer as consultas de pré-natal de acordo com o calendário recomendado pelo Ministério da Saúde, além de terem que participar das atividades educativas oferecidas pelo mesmo sobre aleitamento materno e alimentação saudável; as crianças de 0 a 6 anos devem manter em dia o cartão de vacinação; crianças e

adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência mínima na escola de 85%; no caso de adolescentes de 16 e 17 anos, garantir a frequência mínima de 75% na escola; e, por fim caso o adulto seja analfabeto, deve participar de programas de alfabetização de adultos.

Segundo Rocha (2008), obviamente não é só com a transferência monetária que se elimina a pobreza e a desigualdade de renda, pois essas têm caráter multidimensional. Tais condicionalidades impostas pelo programa tornam-se essenciais para diminuir os contribuintes da pobreza, minimizando por consequência a pobreza e desigualdade de renda.

Segundo Medeiros (2007), as condicionalidades impostas pelo programa, como saúde e educação são medidas que os pais devem fazer sem com o benefício, no entanto é necessário discutir a cobrança dessas condicionalidades, pois tem como pano de fundo questões políticas e éticas. O autor afirma que:

As condicionalidades em parte atendem às demandas daqueles que julgam que ninguém pode receber uma transferência do Estado – especialmente os pobres – sem prestar alguma contrapartida direta. As condicionalidades seriam algo equivalente ao “suor do trabalho”; sem essa simbologia, o programa correria o risco de perder apoio na sociedade. Esta característica não é uma idiosincrasia do Bolsa Família, pois aparece também em vários programas implementados em outros países. (MEDEIROS et al., 2007, p. 18).

Segundo Souza (2009), no Brasil o programa Bolsa Família (PBF) é considerado o maior programa assistencialista do país e apontado como o maior programa de transferência de renda com condicionalidades do mundo. Por ser um programa que tem sido eficiente na redução da pobreza e desigualdade e por suas condicionalidades, PBF vem sendo discutido acerca da sua utilização político eleitoral e de sua sustentabilidade política e econômica no longo prazo.

Com os mais elevados índices de pobreza e extrema pobreza, a região Nordeste concentra a maior quantidade de benefícios pagos pelo programa em nível nacional. Espacialmente, segundo os dados do IBGE, essa região é delimitada por uma extensão territorial de 1.554.257,0 km² e representa 18,3% do total da área do Brasil. Em 2007, com uma população de 51,5 milhões de habitantes, totalizando 28% da população total do país, cerca de 42,2% dos seus habitantes viviam em condições de pobreza, conforme estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esses maiores indicadores de pobreza apresentam-se de forma mais significativas nas áreas rurais, já que são áreas muito precárias quando o assunto é saúde, educação e saneamento básico.

O Programa bolsa Família também é alvo de discussões por apresentar vertentes com pontos positivos e negativos. Ele é muito criticado por alguns estudiosos, no entanto o impacto positivo que o programa apresenta minimiza as suas críticas. De imediato, um dos principais e mais importantes impactos que o PBF realiza na vida das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza é a possibilidade de sanar a fome. Sobre isso alguns autores salientam:

Programas de renda mínima, dentre outras vantagens, possuem mecanismos que não interferem nos aspectos locacionais positivos do mercado, apresentam flexibilidade para acomodar as transformações pelas quais a sociedade brasileira passa e preservam a dignidade humana, já que oferecem condições para a superação das necessidades básicas. (SUPLICY; BUARQUE, 1997, p.84).

Outro importante efeito positivo, consiste na exigência das condicionalidades pelo programa, como o comprometimento por parte das famílias com a saúde e educação, que por sua vez traz consigo vantagens para a sociedade, a exemplo dos impactos na melhoria do nível educacional dos componentes das famílias beneficiárias, criando condições sobretudo para que as gerações futuras das famílias pobres tenham um maior grau de escolaridade, o que consequentemente refletirá em melhores condições de emprego, com mais qualidade e melhores salários para sair definitivamente da pobreza.

Ainda é possível citar outro efeito positivo refletido pelas famílias a partir implementação do PBF. Este efeito remete as melhorias nas moradias que vai além do aumento do consumo de bens básicos domésticos, a exemplo da geladeira que é um bem de consumo essencial e que muitas famílias pobres passam por essa privação.

O PBF também gera impactos positivos na ordem macroeconômica, pois à medida que o Estado emite dinheiro no combate à pobreza, há um aumento na renda que eleva também a demanda agregada. Dessa forma, as famílias em situação de extrema pobreza passam a ser consumidoras quando recebe o auxílio do governo, fazendo com que a demanda pelos produtos mais consumidos por essas famílias de baixa renda aumente. Assim, consequentemente, o mercado passará a ofertar mais esses determinados produtos a fim de satisfazer esse público consumidor.

Logo, esse programa estimula o crescimento da indústria, do comércio, do PIB, impactando o crescimento econômico do país.

São muitas as vantagens geradas pelo PBF, no entanto é necessário um controle eficaz quando se refere a inclusão dos beneficiários, pois existem famílias em situação de alta

carência que não são beneficiadas, enquanto outras famílias que tem uma condição de vida razoável têm acesso ao programa.

Outro importante ponto a ser analisado é em relação ao tempo limite de recebimento do benefício, pois o mesmo deveria ser provisório, por tratar-se de um programa que tem como característica uma ajuda imediata e não como um benefício permanente.

Assim como o programa gera impactos positivos, ele também apresenta alguns aspectos negativos em relação aos beneficiados. Parece irreal a ideia de superação da pobreza através do PBF, por que a maioria das famílias beneficiadas não necessariamente saem da pobreza, na verdade elas só passam em muitos casos a terem uma renda mínima mensal. Para a superação da pobreza é necessário ir além. O Estado precisa investir na educação de qualidade para que as gerações futuras possam ser inseridas no mercado de trabalho, passando a obter um salário digno, ou seja, compatível para suprir as necessidades básicas.

Na verdade, a garantia de uma renda mínima pelo Estado, essencialmente a longo prazo gera apenas uma grande dependência dos beneficiados do programa, resultando no denominado comodismo, visto que muitas famílias não tomam a iniciativas de buscar outras fontes de renda por meio de algum trabalho remunerado.

Outra questão importante a ser discutida por alguns autores como Camargo (2004) é o PBF como incentivador das informalidades, visto que os beneficiados do programa temem conseguir um emprego formal, ao ponto que algumas pessoas procuram a informalidade. No entanto, isso tem impacto negativo na arrecadação previdenciária, pois o trabalhador e o empresário deixam de contribuir.

O incentivo à informalidade tem duas consequências importantes. Primeiro, reduz a produtividade do trabalho e, portanto, o crescimento da economia e o salário real dos trabalhadores. Como o incentivo é maior quanto menor o salário do trabalhador, no longo prazo este sistema de incentivos acaba por gerar uma tendência ao aumento da desigualdade da distribuição da renda. O segundo problema é fiscal. O crescimento da informalidade reduz a base sobre a qual as contribuições incidem, diminuindo a arrecadação e aumentando o déficit do sistema. Esta é uma das principais razões pelas quais o déficit do INSS tem sido crescente desde o início dos anos 90, (...). Isto significa que ou se eleva a contribuição sobre os salários e aumenta o incentivo à informalidade, ou se eleva a carga tributária geral para financiar o déficit e reduz-se a competitividade da economia. (CAMARGO, 2004, p.75).

Camargo (2004) ainda salienta que o principal problema do país consiste na baixa qualidade na educação que o Estado oferece através das escolas públicas, pois há disparidades quanto ao nível e grau de estudo entre os filhos das famílias pobres e os das famílias com

melhores condições socioeconômicas, o que conseqüentemente diminui as chances de competição no mercado de trabalho das famílias de baixa renda.

É perceptível que o Programa Bolsa Família, gera vantagens e desvantagens ao longo do seu decorrer. No entanto, fica claro que o mesmo minimizou as precariedades, passando a ter uma alimentação mais adequada, moradia, saúde, lazer dentre outras atividades de bem-estar social. É nessa perspectiva que o Programa Bolsa Família vem sendo importante na redução das desigualdades no Brasil.

5 REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO SÍTIO COCOS

Como já descrito no capítulo quatro, o Programa Bolsa Família tem influência nas comunidades em função não só do aporte de recursos financeiros como também em função das condicionalidades do programa acaba por melhorar a educação e a saúde.

Mais de 80% das famílias da comunidade recebem ou já receberam em algum momento o repasse, esse fato foi o que motivou o desenvolvimento desse trabalho.

A pesquisa realizou-se com homens e mulheres beneficiárias e não beneficiárias do PBF, com idade variando entre 19 e 65 anos a maioria dessas pessoas tiram ou tiraram em algum momento da vida o seu sustento da agricultura familiar, modo de vida prejudicado nos últimos anos devido ao longo período de chuvas irregulares. Ao serem questionados sobre o programa governamental todos o citam como um complemento de renda já que exercem alguma função remunerada que é a base da renda familiar. Entre esses trabalhos remunerados pode-se citar os trabalhadores rurais que trabalharam arrendados e recebem diárias pelo serviço no roçado, outros que passaram a trabalhar na construção civil como pedreiros e ajudantes e recebem seus vencimentos semanalmente na maioria serviços temporários sem nenhum contrato de trabalho.

Destaca-se também as pessoas que migram mensalmente para outros estados do Brasil e trabalham como vendedores alguns por conta própria, enquanto outros para terceiros de maneira informal e tem aquelas pessoas que migram diariamente para a cidades circunvizinhas exercendo funções no comércio e, ainda, as esposas que trabalham como diaristas e lavadeiras em casas de família como uma forma de complementar a renda.

A pesquisa em relação ao PBF na comunidade nos apresentou três grupos distintos os quais iremos especificá-los no decorrer deste capítulo. A análise feita é sobre os três grupos encontrados na comunidade rural do Sítio Cocos:

- I. Os beneficiados com Programa Bolsa Família;
- II. Os Ex-beneficiados;
- III. Os nunca beneficiados.

A pesquisa busca mostrar a importância do programa para a renda familiar, a forma como utilizam o dinheiro e a avaliação feita pelos os beneficiários em relação ao programa.

5.1 Beneficiados do Programa Bolsa Família

As informações foram obtidas através de conversas informais e também através do conhecimento empírico obtido em função do longo período de residência no sítio Cocos. Dentre as famílias beneficiadas existem aquelas que recebem desde da instalação do programa e outras que recebem o benefício há pouco tempo.

Algumas famílias passaram receber a verba a partir do momento que se encaixaram no perfil exigido pelo governo, enquanto outras famílias mesmo se encaixando no perfil levaram anos para ter o seu direito assegurado. Os diálogos com os beneficiários buscaram compreender a importância do PBF na renda da família, observar a forma como o dinheiro é utilizado por essas pessoas e a avaliação que os supracitados fazem do programa.

Os beneficiados afirmam que o PBF é de grande importância na renda, porém ressaltam ser uma renda complementar que vem para auxiliar na compra de mantimentos necessários. A renda principal da casa advém das funções remuneradas exercidas pelos integrantes da família. Diante das necessidades, os beneficiários veem o PBF como uma garantia de alimentação, dando-lhes uma tranquilidade e permitindo que utilizem o restante da renda com as outras necessidades como moradia, água, luz entre outras.

No tocante a utilização do dinheiro do PBF, a maioria afirmou usá-lo para a compra de alimentos, contrariando assim os críticos do programa que dizem que a quantia recebida é utilizada pelas pessoas para comprar coisas supérfluas. Além da alimentação algumas pessoas dizem gastar a verba de forma exclusiva com as necessidades dos seus filhos comprando fraldas descartáveis e medicamentos para as crianças. Um número menor de pessoas ainda afirmou utilizar parte do dinheiro com roupas, calçados e materiais escolares para os filhos irem à escola já que este é um dos pré-requisito para manter o auxílio.

Para os beneficiários o programa é avaliado como sendo ótimo e necessário para a sobrevivência das famílias, relatam que passariam por dificuldades caso não existisse o PBF e ressaltam o fato de ter uma renda garantida dando-lhes a certeza que terão o que comer. As famílias mais numerosas reiteram a importância do programa, porém, acreditam que o valor recebido poderia ser maior, pois afirmam não entender os critérios já que existem famílias menos numerosas que recebem valores superiores. Entre os que foram beneficiados recentemente relata-se também uma preocupação diante do atual quadro político e econômico do país, temem pelo fim do programa algo que seria prejudicial a sua renda.

5.2 Os Ex-Beneficiados

Como já foi dito, a pesquisa apresentou um número significativo de ex-beneficiados, são famílias que deixaram de receber a muito tempo e outras deixaram de receber o benefício recentemente. Com essas famílias buscou-se entender os motivos pelos quais deixarem de ser beneficiados, a importância que o programa tinha na renda da família, observar a forma como o dinheiro era utilizada por essas pessoas, bem como de que forma avaliam o programa.

Os motivos citados para a saída do programa foram variados, algumas famílias deixaram de receber porque passaram a receber outros benefícios como aposentadorias por idade e auxílio doença. Outras famílias deixaram de ser beneficiadas após membros da família conseguirem postos de trabalho com contrato de trabalho formal deixando de se enquadrar no perfil do PBF. As pessoas que passaram a receber outros benefícios afirmam que logicamente deixar de receber o benefício faz falta, no entanto suas dificuldades foram minimizadas e hoje em dia conseguem sobreviver com certa tranquilidade. Por outro lado, as famílias que tinham conseguido um trabalho formal deixando de se enquadrar no perfil relatam dificuldades, uma vez que membros da residência ficaram desempregados e as famílias não conseguiram voltar ao grupo de beneficiados.

Para os ex-beneficiados do PBF, ele sempre foi visto como um complemento de renda. As famílias reiteram a importância que o programa teve em suas vidas sendo fundamental para a sobrevivência, uma vez que a assistência recebida era uma garantia de renda utilizada muitas vezes na compra de alimentos.

Os Ex-beneficiados avaliam o programa como bom, uma vez que o auxílio diminui os índices de fome e miséria e no caso específico das famílias pesquisadas deu-lhes segurança em relação à compra de mantimentos básicos. Por outro lado, algumas pessoas criticam o processo de cadastramento dos beneficiados já que o cadastro não é atualizado mensalmente e algumas famílias excluídas do programa teriam a necessidade de voltar imediatamente e não conseguem por estar fora do período de recadastramento. Os relatos apontam críticas aos técnicos responsáveis pelo o cadastro dentro do município, criticados por não repassarem as informações de forma ágil e com clareza, prejudicando as pessoas que necessitam do benefício.

5.3 Os Nunca Beneficiados

Os motivos para que algumas famílias nunca fossem beneficiadas são variados, há casos nos quais as famílias nunca se cadastraram, pois já recebem algum tipo de benefício como aposentadoria ou auxílio doença, outras pessoas são funcionários públicos ou trabalham em empresas privadas com contrato de trabalho formal. Todas essas situações deixam essas pessoas fora do perfil exigido para serem beneficiados. No entanto, a pesquisa revelou casos de famílias que se encaixam no perfil exigido e mesmo cadastradas no sistema há muitos anos nunca tiveram o seu benefício assegurado. Com essas famílias procurou-se entender se o benefício faria diferença em suas vidas e como elas avaliam o programa.

Os nunca beneficiados que não se encaixam no perfil creem que essa verba iria ajudar, porém entendem que não seria algo vital para a sua sobrevivência e demonstram até um contentamento por não estarem tirando a oportunidade de quem realmente necessita. Já as pessoas que se cadastraram e atendem as exigências do programa, lamentam o fato de nunca terem recebidos e continuam tentando junto ao órgão de cadastramento do município para que esse complemento de renda possa ser assegurado uma vez que ajudaria nas despesas domésticas.

Os nunca beneficiados fazem uma avaliação superficial do PBF uma vez que nunca foram inseridos no mesmo, entendem o programa como sendo bom para quem recebe, uma vez que beneficia quem precisa, favorece toda a sociedade na qual os mesmos estão inseridos.

Os três grupos analisados mostraram-se bastante heterogêneos e com realidades diferentes, porém, todas as famílias fazem análises semelhantes do programa e entendem como essencial para o complemento da renda, uma vez que o dinheiro recebido é utilizado na compra de alimentos dando-lhes uma garantia alimentícia. Analisam que para além da transferência direta de renda faz-se necessário políticas públicas voltadas para a melhoria de áreas como a educação, saúde, moradia e aberturas de vagas no mercado trabalho, pois a sua cidadania estaria verdadeiramente assegurada.

Dentro do universo pesquisado, dois casos em especial chamaram a atenção em um gesto de solidariedade e de convivência em harmonia dentro da sociedade. Pessoas beneficiadas que passaram a receber outros benefícios como aposentadoria ou auxílio doença acumulando os benefícios por um período de tempo, passaram a transferir o dinheiro do PBF por conta própria para famílias que necessitavam do benefício e, ainda, relataram que foram junto ao órgão de cadastramento do município pedir a transferência da renda para a família mais necessitada.

6 CONCLUSÃO

Compreender a pobreza numa perspectiva multidimensional vai muito além de um limite de renda, onde abaixo dele, o indivíduo é considerado pobre. Nessa perspectiva, somam-se condições básicas como saúde, educação de qualidade, moradia, saneamento básico e outros direitos que lhe permitam obter as condições físicas, intelectuais e emocionais para integrar-se ao mercado de trabalho e de ter uma qualidade de vida.

O Brasil é um país em desenvolvimento caracterizado por grandes disparidades sociais e econômicas, estas podem ser vistas através dos indicadores, como educação, moradia, saúde e PIB *percapita*. Essas discrepâncias aumentam significativamente quando se refere à região Nordeste, que além de ser muito menos desenvolvida ainda apresenta dificuldades ambientais, cujo clima especificamente na região semiárida é tropical seco com a evaporação excedendo a precipitação e gerando complicações na agricultura e na criação de animais, dificultando ainda mais a vida daqueles que habitam a região.

Nos últimos cinquenta anos, teve-se a implementação de políticas públicas sociais destinadas à assistência, sobretudo da população mais carente. Tais ações passaram a ganhar notoriedade somente no século XXI com uma nova proposta do governo que criou o Programa Bolsa Família, alvo de discursões deste trabalho, somando-se a outros programas assistencialistas já existentes.

Como visto, o PBF consiste no repasse direto de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, concentrando-se sua maior atuação na região Nordeste do país. Apresentando pontos positivos e negativos discutidos por uma série de autores, a exemplo do aumento de consumo após o repasse de verba para aqueles que realmente necessitam. O PBF por extensão reduz a pobreza, além de dinamizar a economia em muitos municípios, no entanto a crítica negativa do programa consiste no seu caráter assistencialista, pois, como foi visto, alguns estudiosos acreditam que tal ação não erradica a pobreza. O PBF é avaliado como bom, porém precisa-se ter um acompanhamento de medidas sustentáveis que realmente minimizem a pobreza no Brasil. Faz-se necessário como afirma Camargo (2004), melhorias da qualidade da educação, da saúde, da moradia, do saneamento básico, da criação de postos de trabalho e da garantia à cidadania.

Vale ressaltar que na amostragem utilizada nessa pesquisa ocorreram dois casos de repasse direto do Bolsa Família para outras famílias mais carentes em função da melhoria da renda demonstrando o espírito solidário dentro da comunidade.

Ao final desta monografia que teve como objetivo analisar as mudanças que o Programa Bolsa Família trouxe na obtenção de renda dos moradores da comunidade de Cocos, conclui-se que, a partir da revisão de literatura e pesquisa de campo, o objetivo foi alcançado e que o PBF no sítio Cocos, como afirmam alguns autores, não se constitui como um meio de obtenção de supérfluos, mas sim como importante renda para obtenção principalmente de alimentos, materiais escolares, entre outros.

REFERÊNCIAS CITADAS

BRANCO, Samuel Murgel. **Caatinga: a paisagem e o homem sertanejo**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

CAMARGO, José Márcio. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo em Perspectiva. 2004, v.18, n. 2, p. 68-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a08v18n2.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DANTAS NETO, José. (Org.). **Uso eficiente da água: aspectos teóricos e práticos**. Campina Grande, 2008.

DUARTE, Renato Santos. **O estado da arte das tecnologias para a convivência com as secas do Nordeste**. Estudos sobre as Secas no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA Denise Tolfo; **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Brasília, 2007. (Texto para discussão, 1283).

MOTA, Clisiane de Souza. **As cisternas como novos paradigmas para a convivência no semiárido: o caso da comunidade rural de Riacho da Arara, Cajazeiras – PB**. Cajazeiras, 2017.

OLIVEIRA, Diego Bruno Silva de. **O uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/diego_bruno.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=rwyufjs_DhAC&printsec=frontcover&dq=metodologia+cientifica+de+Lino+Rampazzo&hl=ptBR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=metodologia%20cientifica%20de%20Lino%20Rampazzo&f=false>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Transferências de Renda Federais: Focalização e Impactos Sobre Pobreza e Desigualdade.** Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr. 2008.

_____. **O Programa Bolsa Família: Evolução e Efeitos sobre a Pobreza.** Economia e Sociedade, Campinas, v.20, n.1 (41), p. 113-139, abril 2011.

SANTOS, Maria João Jonata dos. **Caracterização e monitorização das secas.** Instituto da Água– Direção de Serviços de Recursos Hídricos. 1998. Disponível em: <http://snirh.pt/snirh/download/relatorios/caract_secas.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SOARES, F.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade.** Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1228).

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias* [online]. 2006, n.16, pp.20-45. ISSN 1517-4522. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em dezembro de 2017.

SOUZA, H. R. **Agricultura e Política Agrícola no Nordeste:** do GTDN à liberação comercial. Revista de Economia do Nordeste. V. 28, n. 4, p. 499-518, outubro/dezembro, 1997.

SOUZA, J. M. C. **A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais: uma análise da consistência teórica do programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída autossustentada do programa.** 2009. 183 f. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro (RJ).

SOUZA, Francisco João. **Raízes da Terra.** 2016. (Folheto de cordel)

SILVA, Mirian Rejane Macha. **Identificação da ocorrência de estiagens em Bagé (RS) entre 1961-2009.** IGEO/UFRS, Porto Alegre, 2010.

SUASSUNA, J. **Semi-árido: Proposta de convivência com a seca.** FUNDAJ, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=659&Itemid=376>. Acesso em 03 jan. 2018.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; BUARQUE, Cristovam. **Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileira.** *Estudos Avançados*, v. 11, n.30, p. 79-93, 1997. Disponível em :<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a07.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2018.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.2: Transferência de renda --** Brasília, DF: MDS ; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em: https://ssuu.com/sagi_mds/docs/2_transferencia_de_renda. Acesso em: dezembro de 2017.

GAUTO, Maitê Fernandez. **Avaliação da aplicação eficiente dos recursos do FUMCAD como instrumento da política pública: Estudo de Caso do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo**. 2015. Disponível em:< https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14267/MPGPP-FUMCAD-versao37_final.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

PESSOA, Dirceu; CAVALCANTI, C. **Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970**, 2 vols., Recife: SUDENE/SIRAC, 1973.

ROCHA, Sandoval Alves. **O Programa Bolsa Família: identidade, subjetividade, e integração social em Maracanaú- CE**. São Leopoldo, 2012.

SILVA, Janaina Ruviano. **Programas de transferência de renda: algumas reflexões sobre seus impactos na educação brasileira**. Conversas e controvérsias, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 32-42. 2011/2. Disponível em:< [file:///D:/Downloads/7804-37335-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/7804-37335-1-PB%20(1).pdf)> acesso em fevereiro de 2018.

SOUZA, Gerlane Espedita de. **Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro no Sítio Cocos, na zona rural do município de Cajazeiras – PB**. Cajazeiras, 2017.